



AÇÃO ESTATAL NO ESPAÇO URBANO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O PERÍODO “FORDISTA” E O PERÍODO NEOLIBERAL¹

Gustavo Cayres

Licenciado em Geografia
Universidade Federal Fluminense
gustavo_cayres@hotmail.com

Bernardo Anache

Graduando em Geografia
Universidade Federal Fluminense
bernardo.anache@gmail.com

Miguel Pinho

Graduando em Geografia
Universidade Federal Fluminense
miguelpinho13@gmail.com

Felipe Werminghoff

Graduando em Geografia
Universidade Federal Fluminense
felipenascimento@id.uff.br

Lucas Matos

Graduando em Geografia
Universidade Federal Fluminense
lucamcs@yahoo.com.br

Hannah Quaresma

Graduanda em Geografia
Universidade Federal Fluminense
hannahqm@gmail.com

Resumo

A intervenção estatal no espaço urbano brasileiro assumiu diferentes formas ao longo dos anos e, mais precisamente no período compreendido entre a década de 1930 até início da década de 70, adotou uma política de inspiração Fordista, tendo como grandes marcos as gestões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Posteriormente o Estado passa por uma reformulação na sua maneira de atuar na construção do espaço urbano, através do modelo de acumulação flexível. No fim da década de 80, com a ascensão do Neoliberalismo no Brasil, o Estado abandona a sua posição de principal provedor e gestor do espaço, deixando isto a cargo da iniciativa privada. Assim, temos a intensificação das parcerias público-privadas. O presente trabalho pretende examinar esta mudança de posição do Estado e discutir as atuais formas de combinação entre o público e o privado no espaço urbano brasileiro.

Palavras-chave: Estado, Fordismo, Neoliberalismo, Espaço Urbano

¹ Artigo produzido pelos bolsistas do Programa de Educação Tutorial – Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob tutoria do Prof. Dr. Sergio Nunes (petgeografiauff@yahoo.com.br).

ACCIÓN DEL ESTADO EN LA ZONA URBANA: UNA COMPARACIÓN ENTRE EL PERIODO FORDISTA Y EL PERIODO NEOLIBERAL

Resumen

El Estado siempre ha tenido un rol importante en la organización del espacio en Brasil, la cual siguió una orientación fordista entre las décadas de 1930 y 1970 y tuvo en los gobiernos Vargas y Kubitschek sus momentos principales. A continuación de esto, ocurrió un cambio en la actuación estatal en el espacio urbano por medio del modelo de acumulación flexible. A fines de la década de 1980, cuando se afirma más claramente el Neoliberalismo en Brasil, el Estado abandona su condición de promotor de la actividad económica y gestor del espacio, mientras aumentaba la participación privada en estos sectores. El presente trabajo pretende examinar dicho este cambio y discutir las formas actuales de combinación entre el público y el privado en el espacio urbano brasileño.

Palabras claves: Estado, Fordismo, Neoliberalismo, Espacio Urbano.

Introdução

O Estado é um dos principais agentes modeladores do Espaço Urbano, seja diretamente construindo e desfazendo estruturas e vias, seja através de leis e mecanismos fiscais, que regulam a ação de outros agentes. Conforme podemos notar historicamente, o Estado sempre tendeu a adaptar o seu modo de intervenção às necessidades econômicas dos setores sociais hegemônicos. No Brasil, o Estado esteve presente, por exemplo, no auxílio à construção de moradias para classes médias baixas até a década de 70 através do Banco Nacional de Habitação (BNH), intervindo através da taxa de juros e exigindo que instituições financeiras privadas direcionassem parte de seus investimentos para atividades sociais. Além disso, criou outras instituições públicas independentes desta para financiar o “desenvolvimento”, como as diferentes superintendências de desenvolvimento regional (SUDENE, SUDAM etc.).

A partir das crises dos anos 70 e 80 que colocaram o neoliberalismo na pauta mundial, temos o início de um processo de mudança na relação entre Estado e o urbano. A desregulamentação dos mercados financeiros da década de 70 desmontou as intervenções citadas no parágrafo anterior por parte do Estado. Junto à remoção do controle sobre as taxas de juros, pregava-se que não devia haver restrições ao capital financeiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2007), pois os excedentes (capital investido na poupança) gerados por ele, poderiam ser disponibilizados a

empresas necessitadas de financiamento, ou poderiam ser investidos em novos projetos. Assim, os mercados desregulamentados deixaram de ser ameaças e tornaram-se as melhores opções de investimento.

No presente trabalho, pretendemos analisar as diferenças do papel do Estado na produção e reprodução do espaço urbano no Brasil, mais precisamente em dois períodos distintos. O primeiro é o que chamamos de Estado de inspiração fordista vigente da década de 1930 até princípios da década de 1990; já segundo, é o que chamamos de período neoliberal, implementado com mais vigor na década de 1990 e presente até a os dias de hoje.

Uma inspiração fordista no estado brasileiro

O período pós década de 30, com o advento do fordismo, apresentou um novo paradigma no processo urbano, tanto em cidades desenvolvidas como em cidades subdesenvolvidas. Nelson Fernandes, em *“Capitalismo e Morfologia Urbana na Longa Duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI)”* ressalta a influência do fordismo nas cidades subdesenvolvidas e desenvolvidas:

Essa nova morfologia pós-30, caracterizou-se pela descentralização sem precedentes na indústria, dos bairros operários e das classes média e alta distribuídos em setores de círculos, a permanência e reprodução dos enclaves étnicos raciais em partes das zonas centrais que foram objeto de ondas de destruição e renovação urbana para a localização de empresas e outros grupos sociais (FERNANDES, 2008, pp. 09).

Todavia, no Rio de Janeiro e em outras cidades de países periféricos, a urbanização se acentuou tardiamente, de forma diferente das cidades do capitalismo central. Ainda segundo Fernandes, esse processo não é totalmente diferenciado daquele ocorrido nas “cidades desenvolvidas” a partir da idéia de que todas fazem parte de um sistema estruturado pelo capitalismo mundializado. Enquanto as classes alta e média continuavam no centro das cidades subdesenvolvidas, nas cidades desenvolvidas desenhou-se um movimento de periferização das classes alta e média, deixando a ocupação das áreas centrais para as classes mais pobres.

Dessa maneira, após 1930, o Estado intervém diretamente nas ações urbanas. Porém, as medidas da Era Vargas, como por exemplo, a construção

de conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro era vista por adversários do regime como mais uma de suas políticas populistas. Um exemplo bastante emblemático desta situação é o do bairro de Marechal Hermes, trabalhado por Fernandes e Oliveira (2010), ainda que localizando um período mais intervencionista mais antigo que remonta ao início da segunda década do séc. XX:

O terceiro projeto vislumbrado por Hermes foi implantado na periferia oeste da cidade, às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil, em terrenos vizinhos à Vila Militar. [...] Ao ver este projeto de habitação social, com escolas, hospitais, teatro, escola técnica, enfim um grande bairro planejado como até então nunca se havia visto, Oliveira (2009) apresentou a instigante hipótese de que a Vila Proletária Marechal Hermes projetava uma espécie de “vitrine”, de marca na paisagem de um projeto político, dos compromissos de seu idealizador para com os grupos proletários que o apoiavam. Embora até hoje seja gritante o contraste entre as morfologias urbanas do bairro de Marechal Hermes e a da maioria dos bairros do subúrbio carioca, [...] este bairro singular é quase desconhecido da literatura urbana em geral é da habitação social, no Rio de Janeiro e no Brasil. (FERNANDES e OLIVEIRA, 2010, p. 2)

Produzir habitações populares nas periferias da cidade daquele contexto como fizeram Hermes da Fonseca (FERNANDES e OLIVEIRA, 2010) e Vargas, posteriormente, mas em moldes parecidos, significa incentivar a manutenção da periferização das classes populares. Ao mesmo tempo, portanto, valoriza-se a área central para a habitação das populações mais abastadas através de reformas baseadas no modelo de Haussmann, que promoveram, de maneira associada uma “limpeza” dos centros. Conforme mostra Fernandes (2008), com os paralelismos entre cidades do centro e da periferia do capitalismo em quatro ciclos (mercantilismo, liberalismo, fordismo e neoliberalismo), esta situação esboça uma mudança. Esta se manifesta na saída das classes altas das proximidades do Centro em direção à Zona Sul da cidade e mais recentemente para novas áreas, no período que corresponde ao ciclo fordista ocorrido nas cidades brasileiras, tardio em relação aos EUA (país hegemônico) e negligenciado pelos estudiosos.

Dessa maneira, temos que os sistemas de transportes, as reformas do Centro e a política habitacional pública produzem um quadro de suburbanização da massa carioca, frente ao deslocamento das classes mais abastadas para os atuais bairros da Zona Sul. Isso constitui uma associação

residência-indústria no subúrbio carioca, morfologia clássica das cidades fordistas desenvolvidas.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial e posteriormente da era Vargas, o Estado sob a (a presidência) de Juscelino Kubitschek passa a interiorizar a malha urbana e, como pioneiro no desenvolvimentismo, toma a frente do processo de urbanização de novas áreas ampliando a possibilidade de investimentos e acumulações de capital no Brasil. Neste período vigorará a política econômica baseada no tripé sustentado no capital privado nacional, nas empresas estatais e no capital estrangeiro (este último assumindo o papel de maior importância no planejamento). Como consequência dessa organização, as empresas multinacionais assumem grande parte da produção industrial (nacional) deixando para a indústria brasileira o papel de fornecedora de insumos e componentes. O exemplo disso se dá, com clareza, na indústria automobilística. Enquanto as multinacionais produziam o automóvel, as empresas nacionais forneciam as autopeças. Esta inversão também será notada nos mais diversos setores da economia, inclusive no setor imobiliário e nas políticas de moradia. Ou seja, o poder estatal reduz sua função de comando na economia nacional. Como Santos destaca sobre o período:

A partir do esforço conjunto entre Estado e capital privado, desenhado com mais clareza na constituição do “tripé econômico” (TAVARES, 1986) e trazido no discurso ideológico que clamava por um pacto nacional pelo desenvolvimento e pela modernização (CARDOSO, 1978), o poder público entra definitivamente em favor do grande capital privado ao disponibilizar porções do território nacional numa velocidade ainda maior. (SANTOS, 2008, p. 36)

Agindo como desbravador de áreas ainda não urbanizadas, o Estado desenvolvia o capitalismo através da urbanização, fato este compreendido na expansão do Centro-Sul, onde os investimentos realizados proporcionaram nesta região do país tomar-se a dianteira da urbanização do país. Impulsionada por São Paulo, a região conquistou mais investimentos, proporcionando uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil. Em meio a esta manobra, ou seja, no avanço das fronteiras urbanas, ampliavam-se os recursos para que o nascente capitalismo industrial pudesse se expandir.

O período pós 1956 no Brasil merece maior atenção, pois, é justamente com o fim das exportações de capital dos EUA para Europa (Plano Marshall),

que a periferia passa a ser o foco de investimentos, devido à Guerra Fria. Agentes imobiliários seduzidos pelos baixos custos oferecidos pelo Estado veem nas novas áreas maiores vantagens que a valorização de áreas já capitalizadas.

(...) depois de 1956 (...) a urbanização brasileira ganha novas dimensões. A velocidade a partir da qual o território nacional vai ser disponibilizado para os Investimentos Externos Diretos aumenta. É a urbanização, nesse momento, a grande transformação responsável pelo crescimento econômico industrial que se opera no interior dos limites territoriais brasileiros. (SANTOS, 2008, p. 38)

Este modelo desenvolvimentista seguiu seu rumo até a grande crise da década de 70. Esta crise, marca o fechamento do ciclo fordista e transição ao neoliberal, que manifesto no caso brasileiro apenas no fim da década de 80. Devido a grandes investimentos em infraestrutura - principalmente por meio da interiorização da malha rodoviária, em direção ao Norte e Centro-Oeste brasileiros – e na industrialização, o Estado ficou sobrecarregado com o ônus produzido no período fordista. Os excedentes de capital gerados por um parque industrial incompleto aumentaram os gastos públicos, pois a renda gerada não retornava ao circuito industrial da economia nacional. Além disso, o Estado tinha de se responsabilizar também pelas inovações tecnológicas. Ainda como ressalta Santos (2008, p. 39):

A oneração política e fiscal do Estado, em fins da década de 1970 e durante toda a década de 1980, desmonta um esquema de inversões facilitado pelos crescentes gastos públicos (FIORI, 2003). Sem os recursos externos, enxertados pelos crescentes déficits nas contas públicas, a desvalorização vai, agora, recair sobre parte do próprio capital total empregado e fixado territorialmente.

No entanto, outro importante fator contribuiu para a crise do modelo fordista e a posterior implementação do modelo neoliberal no Brasil. A limitação do mecanismo de “fuga para frente” (FIORI, 2003 *apud* SANTOS, 2008, p. 47) gerou seu esgotamento, por causa do escasseamento dos espaços economicamente viáveis para expansão do capital industrial. Durante o avanço da fronteira urbana e a expansão do capital industrial, espaços foram disponibilizados a preços baixíssimos, o que tornou os investimentos mais vantajosos do que em outros setores. O Centro-Oeste brasileiro, antes visto como “território de reserva”, passou a representar maior rentabilidade e

receptividade à urbanização, devido à ausência de uma infra-estrutura ou investimentos fixos passados (SANTOS, 2005 *apud* SANTOS, 2008, p. 40).

No período militar, em 1964 é criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), dando à questão habitacional caráter mais relevante, principalmente no sentido político. O BNH tinha como objetivo dirigir a política habitacional e financiar programas de construção de moradias com recursos em boa parte provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), pago pelos trabalhadores. Com a ditadura militar brasileira, foi desencadeada a liberação de créditos para investimentos em infra-estrutura, modernização e outras melhorias. Nesse sentido, o BNH pode ainda ser destacado para além de um simples mecanismo de financiamento ao acesso a casa própria para os trabalhadores. Como destaca Gomes, Silva e Silva (2003, p. 4):

A ação do BNH não se limitou apenas à habitação; atuou também, no sistema de desenvolvimento urbano, sendo considerado como um dos mais expressivos agentes financeiros do processo de desenvolvimento urbano. Esse banco financiou obras de infra-estrutura urbana: melhorou o sistema viário e pavimentou as cidades; bem como aperfeiçoou a rede de energia elétrica, de transportes e de comunicação, incentivou a educação e a cultura, melhorou os serviços públicos dentre outros. Podemos, então, afirmar que o BNH foi um dos importantes promotores das transformações urbanas no Brasil.

O desmonte do BNH no contexto da crise do petróleo levou o sistema habitacional ao declínio, pois, além do endividamento, o Estado ficou impossibilitado de engendrar novos projetos. Sendo assim, as dinâmicas habitacionais ficaram paralisadas, sendo exercidas esporadicamente por secretarias e ministérios criados pelos governos posteriores.

No intervalo temporal de 1970 a 1980, os recursos do BNH ficaram escassos, tendo em vista, principalmente, a inadimplência dos mutuários já contemplados com a casa própria e a diminuição dos recursos oriundos do FGTS, mediante o aumento do desemprego e a retirada dos fundos por parte dos trabalhadores que ficaram desempregados. (...) A partir de 1986, quando ocorreu a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal ficou com a atribuição de desenvolver a política habitacional do país” (GOMES, SILVA e SILVA, 2003, p. 06).

Assim, a associação indústria-residência do subúrbio carioca apresenta tendência de ruptura com o novo ciclo descentralizador e com a acentuação da decadência econômica do Rio de Janeiro frente a São Paulo. Os antigos bairros industriais são esvaziados pelo setor secundário e pela intervenção

pública em favor do modelo neoliberal de cidade. É nesse modelo que rapidamente é valorizada e ocupada a área da Barra da Tijuca (desde fins dos anos 70) com base no automóvel e no isolacionismo do condomínio fechado. Trata-se de uma nova distribuição espacial das classes sociais e uma nova centralidade econômica na cidade.

Por outro lado, o que se passará a partir deste momento é que o capital imobiliário investirá nos subúrbios das cidades, devido ao custo mais baixo destas áreas. O centro, que irá passar por um processo de degradação, posteriormente, contará com a renovação de suas áreas. Estas, desvalorizadas, facilitarão o acesso do capital criando uma nova dinâmica espacial e de acumulação. Como analisamos em nosso último trabalho (ANACHE *et al.*, 2010), para o caso de Niterói, a especulação não incorporado o pericentro e atuado em outros filões da cidade. Antes da renovação urbana atualmente em marcha, a região analisada ocupada por casas abandonadas e pensionatos, comércio de bebidas e alimentos, atividades essas que se misturavam à moradia das camadas populares. Pretendemos a seguir, detalhar as origens da crise fordista, para entendermos como se dará a nova caracterização do Estado.

A crise de um modelo

A crise do fordismo inicia-se durante a década de 70 com o estopim da crise do petróleo em 1973. Podemos destacar este momento como uma crise do modelo capitalista de produção e acumulação, que ocasionou transformações não apenas em regiões ou locais pontuais da indústria, mas também na divisão social e territorial do trabalho mundial.

O modelo fordista se caracteriza pelo corporativismo e pela rigidez no processo produtivo, controlando todas as etapas do processo produtivo através da linha de montagem com a fragmentação do trabalho operário especializado. É voltado para a padronização e o consumo em massa, o que, neste contexto eleva o trabalhador assalariado à condição de consumidor dos bens por ele mesmo produzido nas fábricas. No Brasil esse padrão ocorreu em menor escala que nos países centrais, sendo pertinente à sua região industrial.

A base do fordismo era estabelecida na relação do capital financeiro com o Estado através da política “assistencialista” de bem-estar-social para amenizar as disparidades. Entre outras razões que não podem ser discutidas aqui, foi o custo social desse processo que desencadeou toda a reestruturação do modelo capitalista de produção até então vigente.

A crise propriamente dita começou entre os anos de (1965-1973) com o restabelecimento e expansão do mercado europeu e japonês após a 2ª grande guerra, paralelo ao desmantelamento do Plano Marshall. Este foi um plano de ajuda econômica para a reestruturação dos países europeus alinhados ao ocidente nos anos seguintes ao fim da guerra, que adquiriu extrema importância para o mercado norte-americano fordista, já que acarretou uma abertura aos produtos americanos nos mercados subsidiados pela ajuda do Plano Marshall (1948).

Essa abertura do investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo. (HARVEY, 1993, p.131)

Com a crise, o modelo de produção fordista perde seu mercado consumidor externo e vê-se saturado de produtos em excesso no mercado americano. A saída encontrada para superar a deflação dos preços e a política fiscal foi buscar novos nichos de mercado e mão de obra mais barata para a manutenção dos padrões de produção em massa, chamado de “fordismo periférico” o que não funcionou como esperado. Ressaltando que o parque industrial brasileiro ligado à produção de bens de consumo, é justamente criado por essa política.

Paralelamente a isso, à medida que a política de bem-estar-social entra em colapso devido ao alto custo financeiro, inicia-se uma estagnação dos bens industriais gerando inflação na economia, ao mesmo tempo em que eclode a crise do petróleo em 1973, onde os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) aumentaram o preço do barril de petróleo em represaria a guerra árabe-israelense que ocorria naquele momento, conforme assinalado por Harvey:

A crise de 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista - keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias á medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. (HARVEY, 1989, pp. 157)

A resposta flexível

As respostas produzidas para a crise ao modelo rígido de produção e padronização dentro do espaço industrial foram feitas ainda durante a década de 70 com o restabelecimento de um novo modelo de acumulação de capital denominado Flexível.

É pela flexibilidade, mobilidade e agilidade características próprias deste novo modelo que o espaço social e as relações de produção serão reestruturadas. Com a inserção do capital empresarial em inovações tecnológicas oriundas da automação da produção, a indústria se tornou cada vez mais lucrativa, competitiva e de alta produtividade. Com a produção organizada a partir da demanda, o que será chamado de “Just-in-time”.

Por outro lado, aumentou o desemprego estrutural substituindo o trabalho humano e gerando um excedente de mão de obra. Isso proporcionou novas formas de organização e reestruturação do trabalho, tendo como resultado o inchaço no setor de serviços e o reaparecimento de antigas formas de trabalho como a familiar e a artesanal. Além disso, essa flexibilização atingiu também o setor trabalhista com “perda” de garantias e direitos sociais e retrocesso do poder sindical, conforme observa Ricardo Antunes (1999, p. 53):

A desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; a precarização e terceirização da força humana que trabalha; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um “sindicalismo de empresa.

Houve também mudança nas relações culturais através do poder e rapidez do consumo com a fugacidade e mobilidade das necessidades humanas acarretas pela inovação tecnológica, como padrões de beleza, imagem, cultura e mudança nas relações espaço-tempo, já que a produção e o consumo foram facilitados pela acessibilidade dos transportes e o

“encurtamento” de distâncias com menor dispêndio de tempo da produção para o abastecimento do mercado.

É sob o aspecto espacial e social que deve-se repousar todo o estudo sobre a crise do modelo fordista pois são estas as evidências e reflexos do próprio modelo de acumulação supracitado.

Quando o Estado é menos Estado

O neoliberalismo num contexto geral está ancorado em três princípios: reversão de proteção e direitos sociais, desregulamentação do Estado e privatizações de empresas públicas. Desde a crise econômica de 1973, com o fim do “milagre” econômico, o Estado brasileiro diminuiu sua capacidade de intervir mais incisivamente na economia, ao delegar boa parte de sua atividade de regulação e controle ao mercado. Com a estagnação econômica e a perda de qualidade dos serviços públicos criou-se um terreno fértil para o ideário neoliberal, de fato, implementado no Brasil na década de 1990, quando o Estado deixa de ser provedor e gestor, sendo agora visto como um parceiro econômico. Tais mudanças terão grandes conseqüências no espaço urbano brasileiro.

A primeira das conseqüências é causada diretamente pela redução do poder de capacidade dos Estados nacionais em regular o seu espaço econômico, deixando que os gestores locais fizessem com que as cidades assumissem o papel de grandes empreendedoras e sentiram-se obrigados a fazerem um “marketing do lugar”, permitindo identificar e promover suas vantagens comparativas (AMENDOLA, 2002). Os objetivos do “marketing do lugar” são:

Fortalecer a capacidade das cidades para que estas possam adaptar-se ao mercado, aproveitar as oportunidades e sustentar sua vitalidade. As administrações requerem um conceito eficaz de marketing para: promover novas empresas e manter as empresas existentes; atrair novos residentes; ativar o turismo (atração de visitantes; realizar eventos culturais, desportivos, com relevância regional, nacional e internacional. (AMENDOLA, 2002, p. 32)

O Estado, para atrair empreendimentos, flexibiliza as leis de uso do solo e cria incentivos fiscais. A cidade deve então focar em investimentos que garantam condições infraestruturais para maior lucratividade das empresas.

(...) as perspectivas mercadófilas tendem a ser, na melhor das hipóteses, semi-apriorísticas; afinal, o que está em jogo não é a realização de intervenções lastreadas em uma análise profunda da realidade social e espacial (demandas, necessidades etc.), mas a captação e decodificação de sinais emitidos pelo mercados ou, simplesmente, o atendimento de demandas específicas, razoavelmente predefinidas, relativas aos interesses do capital imobiliário e outros segmentos dominantes (SOUZA, 2010).

Este pensamento pressupõe entender as cidades no contexto do ajuste neoliberal e o urbanismo como um dos instrumentos desta reestruturação, já que existe uma inserção geográfica e histórica das cidades e das intervenções nelas. Portanto, este marketing das cidades e dos projetos em que os poderes visam “revitalizar” (utilizamos este termo com muitas reservas, pois ele pressupõe que não vida local) áreas degradadas está orientado na direção de fragmentar todo tecido social ali territorializado e deslocá-lo pela intervenção urbanística no local. Isso evidencia o caráter globalizado das atuais intervenções público-privadas no urbano, que não apresentam, atualmente, uma grande defasagem com relação às cidades dos países chamados centrais.

Para tais objetivos, é necessário um forte discurso e valorização/desvalorização de determinadas paisagens e funções urbanas. Com base em reflexões de Foucault (1999) e Santos (2002), situar este discurso de degradação e revitalização para fins de fortalecimento econômico e cultural da cidade como “verdade” (nas palavras de Foucault) e como “senso comum” (nas palavras de Santos), confere uma função legitimadora aos novos projetos. É necessário fazer com que a própria população julgue importante a revitalização do urbano, e que desconsidere ou coloque em segundo plano a vida existente nas localidades.

É preciso, portanto, para atingir estes objetivos, fazer do “urbanismo espetáculo” (Sánchez, 2003) parte de uma cultura urbana, a fim de sobrepô-lo a quaisquer questões sociais. Assim, fica legitimado o trato da cidade e destas novas intervenções pela lógica do mercado de curto prazo (HARVEY, 2008) que exige cada vez mais ações deste tipo, fortemente voltada para o consumo da cultura e do lazer, conforme visto no caso de Curitiba (SÁNCHEZ, 1999) e perceptível também no caso do Rio e Janeiro, ainda que em menor escala.

A título de exemplo, vejamos alguns casos. Com uma certa assiduidade, são noticiados novos projetos e ações em direção da reforma na

área portuária do Rio de Janeiro e de outras áreas na cidade. É o caso, em primeiro lugar, da Cidade da Música, na Barra da Tijuca. Ainda inacabado e com inauguração estimada para 2011, o projeto encontra-se com o orçamento, largamente ultrapassado de 80 para 480 milhões de reais, segundo o portal do Jornal O Globo (LEITE, 2010).

Outros projetos estão previstos no Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), criado com inspiração no plano estratégico de Barcelona, objetivando reverter o ciclo de estagnação econômica e degradação de algumas áreas e mesmo da cidade como um todo.

O caso do Teleporto é emblemático. Trata-se de um projeto, contido no 1º PECRJ com objetivo de criar uma zona de comunicação avançada e rede de alta velocidade visando atrair grandes empresas. Construído na Cidade Nova, tinha uma vocação “regeneradora” do ambiente urbano, com a vantagem de estar próximo do CBD e da rede de transportes intra e interurbana (AMENDOLA, 2002). Sendo construída num sistema de parceria público-privada com grandes empresas do setor de comunicação, tornou-se o primeiro complexo integrado de comunicações da América Latina (AMENDOLA, 2002). Segundo esta autora, as primeiras intervenções físicas envolveram desapropriações de terrenos antigos, pagamentos de indenização a moradores e obras de infraestrutura e urbanização a suprir possíveis necessidades do Teleporto.

Como último exemplo, mais atual e com maior atenção da mídia, temos o caso da área portuária da cidade. A obsolescência tecnológica do Porto do Rio de Janeiro fez com que os grandes galpões perdessem sua função original. A área do entorno tornou-se ponto de moradia de camadas populares e da recente e tímida realização de alguns eventos nos galpões, legitimando o discurso de “morte” e marginalização da área. O projeto Porto Maravilha, por via de parcerias público-privadas, pretende realizar grandes transformações no espaço voltadas para o turismo, entretenimento, moradia de camadas médias e instalação (do comércio) e outros serviços, projeto que se enquadra nos moldes encontrados e analisados globalmente por Sánchez (1999 e 2003).

Em todos estes casos, temos em comum o (papel) do Estado como iniciador da ação, visando à captação de investimentos e a iniciativa para os projetos (SÁNCHEZ, 2003). Para o setor privado, a perspectiva se mostra atraente não apenas pelo aproveitamento direto da intervenção público-privada, mas também pela força do mercado e da especulação imobiliária, conforme já tratado inicialmente por nós em outra oportunidade (ANACHE *et al.*, 2010). Isso produz um espaço urbano ainda mais seletivo socialmente, dados os padrões de consumo elevados e a valorização imobiliária provocada.

Conclusão

Conforme já há tanto tempo apontado, o Estado não é um ente autônomo que paira acima da sociedade e não é neutro, e muito menos representa o interesse de toda a sociedade. Isso encontra total aplicação nas políticas urbanas implementadas examinadas em nosso trabalho. No que tange à tais políticas, examinamos em dois momentos que chamamos de Período de Inspiração Fordista e Período Neoliberal, havendo estruturalmente ações bem distintas nesses dois momentos. Cabe assinalar que essas mudanças se devem não exclusivamente a fatores internos ao Brasil, mas à própria dinâmica do capitalismo global.

A nível mundial o ajuste neoliberal começa na década de 1980, com os governos de Thatcher e Reagan em uma tentativa de recuperar os níveis de lucratividade das empresas obtidos no imediato pós-guerra. No Brasil, no mesmo período, período a consequência mais grave vai ser o desmonte do BNH, extinto em 1986. As consequências mais visíveis no espaço urbano do neoliberalismo só vão aparecer na década seguinte quando os serviços públicos serão privatizadas e o próprio Estado vai mudar o enfoque dos investimentos em infraestrutura. Essas mudanças serão necessárias para o próprio regime de acumulação, pois em áreas de baixa lucratividade bem como nos setores onde o investimento é arriscado o capital em parceria com o próprio Estado, em conluio com seus interesses.

Não vemos com saudosismo o Estado de Bem-Estar social, uma vez que este foi uma necessidade para o capital num determinado período

histórico, como o neoliberalismo é hoje. Entretanto, atualmente as desigualdades sociais estão acirradas e a capacidade de intervenção dos movimentos organizados no sentido de se contrapor a esse (estado de coisas) é muito pequena.

Em nosso entendimento, esse processo de mudança de modelo se deu com enormes contradições, inclusive em nível de poder municipal e estadual. Algumas administrações progressistas fizeram um contraponto a esse modelo de gestão e uso da Cidade, dentre os casos mais notáveis estão São Paulo, Porto Alegre e Belém, que desenvolveram modelos de gestão participativa, inversão de prioridades do Estado e diálogos com os movimentos sociais. Somos da opinião de que os movimentos sociais e sociedade civil organizada devem procurar entender as mudanças ocorridas no âmbito do Estado para poder se contrapor a essa lógica perversa e excludente, onde a cidade é apenas mais uma mercadoria a ser comercializada em um mercado global.

Referências:

ANACHE, Bernardo; CAYRES, Gustavo; FRAGA, Marcelle; GUINANCIO, Egle; PINHO, Miguel; QUINTANA, Juliana. Dinâmicas do espaço urbano e formas espaciais: o caso de São Domingos e seu entorno (Niterói/RJ). *In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS*, 16., 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3316>>. Acesso em: 26 out. 2011.

AMENDOLA, Mônica. **Uma leitura geográfica dos planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia)– Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVII-XXI). **Scripta Nova**, Barcelona, v. XII, n. 270 (56), 1 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-56.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2010

FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Alfredo Cesar Tavares de. Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. *In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.)*. **150 anos de subúrbio carioca**. 1. ed. Rio de Janeiro; Niterói (RJ): Lamparina, 2010.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GOMES, Rita de Cassia Conceição; SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdemildo Pedro. Política habitacional e urbanização no Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. VII, n. 146 (83), 1 ago. 2003. Disponível em: <[www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(083).htm)>. Acesso em: 25 fev. 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

LEITE, Renata. Conclusão da Cidade da Música fica para 2011. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/10/20/conclusao-da-cidade-da-musica-fica-para-2011-922834003.asp>>. Acesso em: 25/10/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). **Quem controla o sistema financeiro?** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/livro_versao_final.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. O city marketing de Curitiba: cultura e comunicação na construção da imagem urbana. *In*: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos (SP): Universidade Federal de São Paulo, 1999. p. 83-96.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó (SC): Argos, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto (POR): Afrontamento, 2002.

SANTOS, César R. Simoni. Da urbanização do território ao urbanismo da requalificação dos espaços centrais: a reprodução do espaço urbano como fronteira interna da expansão capitalista. **Geosp**, São Paulo, n. 24, 2008. p. 28-49. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp24/Artigo_Cesar.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005, 174p.